

O APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL E AS GREVES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DA REPÚBLICA VELHA

Dário Milech Neto¹

Resumo: O Apostolado Positivista do Brasil agiu no final do período imperial e ao longo da República Velha como um grupo de pressão político. Através de um projeto de república elaborado pelos seus membros, o pensamento de Augusto Comte esteve presente na construção de um modelo republicano de governo onde deixou marcas vistas até hoje, como a laicização do Estado e o desenho da bandeira nacional. O conceito de grupo de pressão é discutido, buscando o auxílio da Ciência Política para a compreensão e aplicação do termo e a distinção à denominação de partido político. A partir disso, analisaremos o que foi escrito pelo apóstolo Raimundo Teixeira Mendes no tocante às greves de trabalhadores no período da República Velha na cidade do Rio de Janeiro. Têm-se como fontes três folhetos do Apostolado que versam sobre o tema: o de número 242, 331 e 348. Embora cada um dos folhetos se refira em seus títulos a uma determinada greve que ocorreria no período de suas publicações (dos carroceiros, dos empregados da Light e de construtores), seus conteúdos são semelhantes no modo em que nos demonstra como é vista a relação patrão-empregado, os direitos dos operários e o papel das greves na concepção comteana de reorganização social do mundo. Por fim, verificam-se, mesmo em um período posterior ao abordado no trabalho, algumas similaridades existentes entre o modo de incorporação do proletariado à sociedade idealizado pelos positivistas ortodoxos brasileiros e a Consolidação das Leis de Trabalhos (CLT) de 1943 sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Positivismo, Grupos de Pressão, Greves, República Velha.

O Positivismo influenciou de modo significativo a sociedade brasileira na fase final do Império e durante o período que denominamos República Velha. Na forma ortodoxa dessa filosofia, embasada nos escritos de Augusto Comte e na exaltação da figura de Clotilde de Vaux, Miguel Lemos fundou, na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1881, o Centro Positivista Brasileiro, com o propósito de desenvolver o culto, organizar a doutrina positivista e intervir oportunamente nos negócios públicos (PAIM, 1981). A partir daí, Lemos juntamente com seu colega e amigo Raimundo Teixeira Mendes, estiveram à frente de uma intensa e duradoura propaganda do ideário positivista no Brasil. Antes da elaboração e implementação da citada forma ortodoxa, as ideias de Comte estavam diluídas no país em um corpo doutrinário de maior abrangência e complexidade (PEZAT, 1997, p. 71).

Ao longo de sua atividade, o Centro Positivista – que mudaria de nome

¹Universidade Federal de Pelotas, mestrando em História. Bolsista FAPERGS, e-mail: milechnet@gmail.com

em várias ocasiões, sendo posteriormente chamado de Apostolado e por fim Igreja Positivista do Brasil – participou ativamente das questões que o país lidava no momento, tais como a abolição da escravidão, o militarismo, a implementação do ensino público, a liberdade de expressão, as relações internacionais e a vacinação obrigatória entre tantas outras.

Embora Ivan Lins, em sua obra *História do Positivismo no Brasil* critique o isolamento adotado pelo Apostolado ao designar que seus membros não poderiam ocupar cargos políticos e exercer funções acadêmicas, ele reconhece o trabalho dos dois apóstolos brasileiros: “Apesar de seus excessos místicos assinalados (...), sendo indiscutivelmente Miguel Lemos e Teixeira Mendes homens de alto valor, quer moral, quer intelectual, e sendo enorme a superioridade da doutrina que aplicavam, ainda grande foi o seu ativo e rica de edificantes ensinamentos a obra que nos legaram” (LINS, 1967, p. 426).

Ao notarmos o empenho de Lemos e Mendes em expor os ensinamentos de seu mestre Augusto Comte através de reuniões na sede do Centro Positivista ou da divulgação de inúmeros folhetos impressos e com o esforço de aplicar essas teorias na realidade brasileira na forma de “orientar” a opinião pública, fica evidente a necessidade de classificar o Apostolado como grupo socialmente ativo, logo, um grupo de pressão. Para compreendermos isso são necessárias algumas considerações.

Na sua concepção de Estado no Catecismo Positivista, Augusto Comte expõe duas ideias relevantes para o entendimento da Religião da Humanidade: a de Poder Temporal e a de Poder Espiritual. O Poder Temporal seria o governo, o órgão coletivo necessário para manter a união da sociedade, de modo a evitar a desagregação e coordenando os esforços parciais – não existe sociedade sem governo. Comte não separava o poder político do econômico (BOBBIO, 1997, p. 110). O Poder Espiritual seria o responsável pelo aconselhamento, sugestão e até mesmo pela fiscalização do Poder Temporal. O Poder Espiritual atua por via indireta: sua potência refere-se à capacidade de convencer e mudar o comportamento dos indivíduos pelo assentimento às suas observações (LACERDA, 2004, p. 72).

Para o funcionamento da sociedade contemporânea é mister, segundo Comte, uma condição: a completa separação entre os dois poderes. Em outras palavras, o Poder Espiritual não pode mandar e o Poder Temporal não pode “opinar”. Este deve apenas manter a ordem pública – eventualmente auxiliando no desenvolvimento material da sociedade – e aquele deve constituir as teorias e as doutrinas gerais que orientam a sociedade, além de – e isto é de central importância – pela associação entre filósofos e sacerdotes, por

um lado, e os proletários e as mulheres por outro, constituir uma opinião pública, cujo papel é, precisamente, fiscalizar a atuação do Poder Temporal, orientando sua conduta e condenando seus excessos ou até mesmo suas faltas. É para a orientação disso que chamam de opinião pública que Miguel Lemos e Teixeira Mendes realizaram a sua propaganda positivista no Brasil.

É devido à proposta de Comte de separação dos Poderes Temporal e Espiritual, que a Igreja não admitia que seus membros participassem da vida política. Lemos e Mendes preocupavam-se em ter uma extrema fidelidade aos ensinamentos do Mestre, fazendo deles uma espécie de Bíblia (LINS, 1967, p. 420).

Um grupo de pressão – e aqui encaixa-se a Igreja Positivista do Brasil – na maioria das vezes não está interessado em gerir in proprio o poder político, e sim em aproximar-se dele com facilidade e frequência e também a influenciar opções. Ao encontro a essa afirmação, Luiz Alberto dos Santos incorpora as definições de grupo de pressão e de influência como sinônimos e os conceitua a partir de ideias de alguns outros autores.

Ao examinarmos desde sua fundação até o fim do período da primeira república, os membros da Igreja Positivista do Brasil exerceram nitidamente o papel de grupo de pressão ao tornarem públicas suas opiniões como instituição religiosa a fim de orientar política, social e moralmente o país, rumo ao progresso.

O historiador José Murilo de Carvalho (1998) propõe que os positivistas ortodoxos tinham um objetivo político muito claro e uma estratégia política bem definida. Devido à busca desse objetivo, eles enfatizavam a liturgia e a disciplina de seus pares. Essa rigidez seria o meio e não o fim.

Ao estudar a correspondência de 1878 entre Miguel Lemos e o discípulo francês de Augusto Comte, Pierre Laffitte, José Murilo escreve que as cartas revelam o esforço permanente do positivista brasileiro em construir uma nova organização, que viria a ser o Centro Positivista, engajada nas lutas sociais e disciplinada. Para o autor, Lemos fazia uma análise sócio-política da situação brasileira como tática de ação política: “Considero-os mais como atores na cena política do que como pensadores (CARVALHO, 1998, p. 189)”.

Para José Murilo, a tática de Lemos não era tão ortodoxa quanto se pensava. Os apelos de Comte, por exemplo, tinham como alvo os conservadores e o proletariado da França. Já os escritos de Lemos eram dirigidos para a classe média, pois até então no Brasil o proletariado rural não existia politicamente e o proletariado urbano recém começava a existir, além de

os conservadores serem ligados à escravidão e aos princípios monárquicos. Essa classe média era composta principalmente por profissionais liberais com formação científica como matemáticos, médicos e engenheiros.

As escolas de medicina, de engenharia e mesmo de direito eram os principais focos de agitação e de contestação intelectual e política. (CARVALHO, 1998, p. 193).

Os positivistas ortodoxos representavam uma contra-elite do ponto de vista social e intelectual. Esse posicionamento deve ser entendido como descontentamento com a falta de mobilidade social em uma época que recém começava a se livrar da escravidão e também com a insatisfação com o governo imperial. O que os diferenciava era a sua faixa etária: Miguel Lemos e Teixeira Mendes tinham apenas 26 anos quando da fundação da Igreja Positivista do Brasil.

Mesmo sendo impraticável medir e reduzir a uma fórmula matemática o grau de influência de um grupo de pressão (RODRIGUES, 1984, p. 38), é possível aferir que os positivistas brasileiros – entre eles os da Igreja Positivista - exerceram um papel determinante nas decisões tomadas em vários momentos da história do país, sobretudo no período denominado Governo Provisório. Miguel Lemos e Teixeira Mendes, mesmo antes de fundado o Apostolado, agiram durante essa fase de forma a deixar marcos que perpetuam até hoje, como a bandeira nacional. Com a fundação do Centro Positivista, a noção de grupo fica ainda mais evidente devido ao caráter de centralização de suas ações.

A Igreja Positivista do Brasil via a Monarquia como uma forma de governo própria do estado teológico e o ideal, segundo seus membros, era a implementação de uma República ditatorial. Proclamada a República e instalado o Governo Provisório de Marechal Deodoro, os positivistas ortodoxos viram a oportunidade de interferir diretamente no rumo dos acontecimentos (PEZAT, 1997, p. 85), principalmente pelo fato de que no destaque desse período estavam dois interlocutores de Miguel Lemos e Teixeira Mendes: Benjamin Constant no Ministério da Guerra e o gaúcho Demétrio Ribeiro, que assumiu o Ministério da Agricultura e Obras Públicas.

Através de Constant, a Igreja Positivista apresentou o projeto da bandeira nacional republicana planejada por Teixeira Mendes e com o desenho de Décio Villares. O objetivo, ao conceber a bandeira, seria o de seguir o emblema positivista “conservar melhorando”. Baseado nisso, pegou-se a bandeira imperial e trocou-se apenas o brasão que havia no centro, substituindo-o por um disco azul com o lema comteano “Ordem e Progresso”

conforme as figuras 4 e 5. Espalhadas por esse globo estão algumas estrelas dispostas de modo que representariam o céu do Rio de Janeiro às 8h30min do dia 15 de novembro de 1889, dia da proclamação da República, com a constelação do Cruzeiro do Sul; A confecção, nessa parte, contou com a colaboração do astrônomo Manuel Pereira Reis.

Miguel Lemos realizou um projeto de separação entre o poder espiritual e o poder temporal, ou seja, da Igreja e do Estado, baseado na laicidade dos Estados Unidos e da França. Através de Demétrio Ribeiro, tal proposta foi apresentada na primeira reunião do Governo Provisório, no dia 9 de dezembro de 1889. O projeto sofreu duras críticas como se esperava, mas a separação da Igreja e do Estado foi decretada no dia 7 de janeiro de 1890 e promulgada pela Constituição de 1891 e permanece até hoje. Já no artigo 1º do decreto se lê: “É livre o exercício de qualquer culto, ficando abolida a união entre o Estado e a Igreja Católica”.

Em março de 1890, Demétrio Ribeiro se retirou do Governo Provisório por problemas com Rui Barbosa e meses depois Benjamin Constant faz o mesmo, por problemas de saúde, vindo a falecer no ano seguinte. Começou, a partir daí, uma fase denominada pelo filósofo João Cruz Costa (1956) como de “fatal atenuação” do positivismo no país. Se tomarmos o livro “Positivismo na República” de Costa, veremos que houve sim, uma difusão no período de outras correntes europeias no Brasil, como a do Spencerismo. Porém, é errôneo citar, como faz o autor, que a partir desse momento as atividades dos positivistas ortodoxos sofreram uma “atenuação” e que o prestígio político da doutrina positivista tinha sido efêmero e ocasional.

Ao assumir a direção da Igreja, Teixeira Mendes se empenhou na propaganda do ideário positivista e na cooptação da opinião pública tanto quanto Miguel Lemos o fizera anteriormente à frente da instituição. Mesmo com o afastamento de Lemos e sua morte em 1917, Mendes seguiu assinando os folhetos como vice-diretor do Apostolado.

Em 1904, a Igreja Positivista interviu na polêmica discussão gerada pelo decreto governamental que tornou obrigatória a vacinação contra algumas epidemias, entre elas a varíola. Os positivistas achavam que tal obrigatoriedade constituía em um atentado à dignidade humana da pessoa, pois, o que deveria ser feito, era o convencimento da população sobre a excelência da vacina antes de aplicá-la a força.

Questionando a validade científica da vacina elaborada por Oswaldo Cruz e deplorando a violação do direito individual de escolha, Teixeira Mendes e o confrade e médico-militar Joaquim Bagueira Leal realizaram uma série de

publicações condenando a obrigatoriedade imposta pelo governo, que acusou os positivistas religiosos brasileiros de promover a revolta popular (PEZAT, 1997, p. 93).

A Igreja Positivista envolveu-se, no decorrer dos anos seguintes, em outras questões além do debate condenando o “despotismo sanitário”. Uma delas diz respeito ao militarismo, na qual criticavam o serviço militar que foi tornado obrigatório por uma lei de 1906, no governo de Afonso Pena. Outra questão foi o repúdio à omissão do governo quanto ao extermínio das populações indígenas. Os positivistas ortodoxos, segundo Carvalho (1998), foram os primeiros a considerar a contribuição da raça negra para a formação da sociedade brasileira.

Foi nessa época, ainda segundo Pezat (1997), que Teixeira Mendes, a fim de reivindicar a legitimidade para desenvolver a propaganda da Religião da Humanidade frente a Pierre Laffitte, comprou em Paris a casa onde provavelmente Clotilde de Vaux havia morrido. Após reforma do local, foi inaugurada, em junho de 1905, a Capela da Humanidade de Paris.

Como cita Lins (1967), somente com um livro dedicado apenas para o assunto da influência do Apostolado Positivista do Brasil para termos talvez uma pequena compreensão do que diziam as tantas publicações – só o autor numera em mais de seiscentas. Tentamos, através deste capítulo, dar um início a essa discussão ao classificarmos e tratarmos o Apostolado e Igreja Positivista como um grupo de pressão político.

Se o Apostolado agiu como grupo de pressão político acerca de diversos assuntos, em relação às greves não foi diferente. O período da República Velha foi rico em trazer à tona questões trabalhistas que seriam formalmente tratadas pelo Estado a partir de 1930. Havia uma grande diversidade de opiniões e ações dos trabalhadores frente à exploração.

O autor Edgard Carone foi um dos historiadores que mais se debruçaram sobre o período e conseqüentemente faz um panorama da classe trabalhadora que pode ser levado em conta, devido à sua análise marxista de mundo, de divisões de classes, semelhante à divisão positivista presente nos folhetos abordados no estudo.

Segundo Carone (1966), o crescimento do operariado acompanha o crescimento da indústria, que embora sofra algumas revelias como as guerras e crises, segue se expandindo continuamente no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1906, existem 118.770 operários, a maioria estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis. É importante salientar que, não havia

um salário mínimo, ele era estabelecido dentro da conjuntura do mercado e de acordo com os patrões. Não sequer havia garantia de indenização contra acidentes de trabalho ou doenças: isso só aparece em 1919 no plano federal. Há interesse na contratação de mulheres e crianças, que era muito comum. O horário de trabalho, até 1930, depende da vontade dos patrões. Há organizações proletárias em diversas modalidades, coexistindo harmonicamente, de inspiração europeia. Importância dos anarquistas e anarco-sindicalistas para os sindicatos (não organizados pelo governo), que são responsáveis em grande parte pela vitalidade das organizações.

A propaganda do positivismo ortodoxo no Brasil se dava através da impressão e distribuição de folhetos. Foram analisados três folhetos do Apostolado que versam sobre o tema das graves e da cidade do Rio de Janeiro, que era centro do governo republicano e sede da Igreja Positivista: os de número 242, 331 e 348.

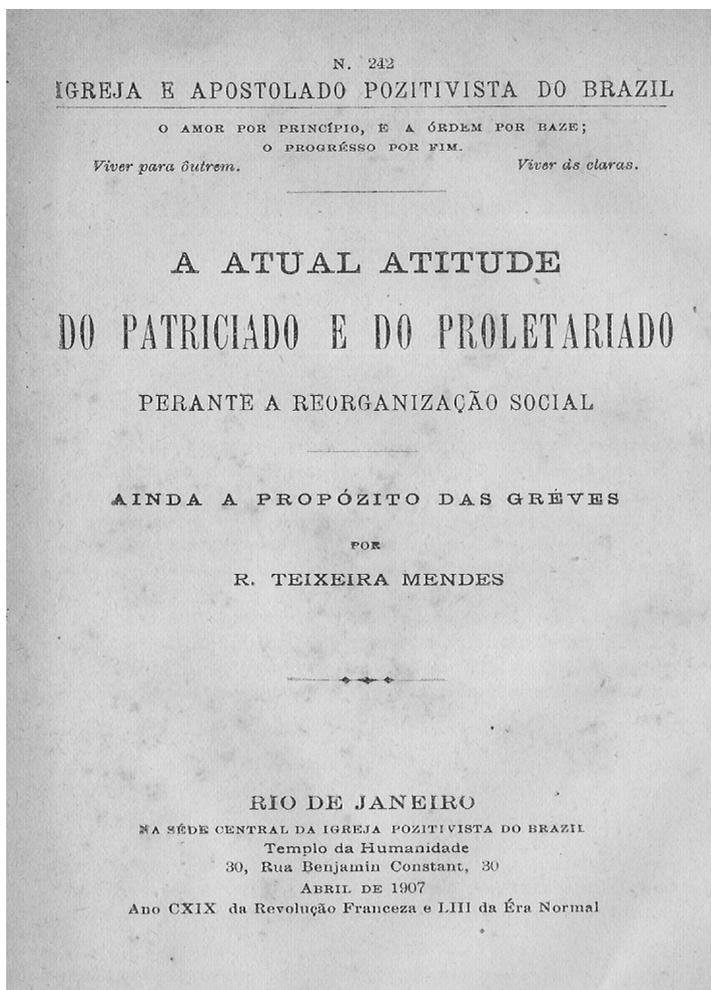


Imagem – Capa do folheto de número 242. Fonte: Acervo digital pessoal.

Sobre as greves, a maioria dos folhetos dissertam sobre elas de maneira geral: a força material não deve ser empregada pelos patrões e nem pelos proletários; a bondade e o entendimento entre ambos deve prevalecer para a evolução da sociedade para um próximo estágio. O altruísmo deve tornar-se o árbitro supremo de todas as condutas humanas.

Em abril de 1907, no folheto de número 242 que também fora publicado anteriormente no *Jornal do Comércio* em dezembro de 1906, os positivistas afirmavam que as greves estavam cada vez mais frequentes no Brasil. Os patrões, segundo Mendes, recorrem ao governo e à sua riqueza material para subjugar os proletários. Julgam que manejando essa riqueza podem resolver todas as questões sociais seja com o proletariado ou com os chefes políticos. Com essa ilusão, os patrões sempre empregariam, através do governo, a força policial para violar a liberdade civil que a polícia deveria manter. Isso ocorreu em uma greve de carroceiros, na cidade do Rio de Janeiro, como cita o folheto, simplesmente pelo fato de os proletários estarem distribuindo boletins entre seus companheiros. À força material da riqueza dos patrões, os proletários respondem com a força material do número organizado. Nota-se que a maioria das greves são greves generalizadas, onde todos aderem.

Ao invocar somente o interesse de uma só classe (burguesia ou proletariado), está se prejudicando a posteridade, a ordem e a conservação do desenvolvimento. Uma greve não prejudica simplesmente alguns patrões ou o Presente; uma greve prejudica a Posteridade. A greve só deve ser realizada para evitar desgraças maiores, pois é um recurso extremo, culpa dos patrões que não atendem às solicitações proletárias e também do governo, que ajuda os patrões a silenciar as mais justas representações proletárias (MENDES, 1907).

O apóstolo ainda escreve que todas as reclamações publicadas são perfeitamente justas naquela greve em especial. Estaríamos, segundo ele, em um fase científica-industrial, que foi precedida pela fase teológica-militar onde as paixões e preconceitos decidiam tudo. Naquele momento não deveria se resolver as coisas de maneira dramática. Sejam quais forem os motivos da greve e seus resultados, as vitórias só seriam definitivas se prevalecer o altruísmo e a razão; caso contrário, os triunfos populares só serão efêmeros e aparentes.

Seria preciso, na lógica positivista, banir toda e qualquer violência para haver uma liberdade espiritual e industrial necessárias à Humanidade. A inversão da ordem (se os proletários submetessem os patrões e fossem a classe dominante), resultaria apenas no deslocamento da questão, e não na sua resolução. O regime do futuro é o da fraternidade. “Antes que a religião do altruísmo, da fé científica e da atividade industrial haja livremente substituído o catolicismo, a sociedade moderna continuará entregue aos dilaceramentos da retrogradação e da anarquia” (MENDES, 1906).

O folheto termina com Mendes relembando um artigo de Miguel Lemos em 1900 sobre a greve de cocheiros. Nele, Lemos lamenta que o governo da atual cidade do Rio de Janeiro tente regulamentar as profissões dos

proletários, pois para ele, o que deve existir é uma liberdade profissional, profissões que inclusive adquiriram o status de costume já, e que não se deve regulamentar por lei (não interferência do Estado, como foi feita no caso da vacinação obrigatória). A classe trabalhadora seria uma das bases para a vida de toda a nação brasileira. No caso dos outros dois folhetos analisados, o discurso se repete, dessa vez em nome das greves dos empregados da Light e do sindicato de construtores, que pediam a jornada de 8 horas de trabalho e uma pausa de uma hora para o almoço. Os ensinamentos de Augusto Comte conduziram a dizer que deveriam ser 6 horas o máximo do trabalho industrial por dia, e a introdução de cada vez mais máquinas deveriam respaldar isso. Deveria-se, ainda, ser concedido um certo número de dias de férias aos proletários anualmente. O que deve ser feito é a adoção de medidas políticas para ajudar e salvaguardar a família proletária, tão essencial para a sociedade.

O Apostolado esteve preocupado com a reorganização social da sociedade e conseqüentemente com a classe proletária. O apóstolo Raimundo Teixeira Mendes foi o precursor da legislação trabalhista. Em 1889, ele envia a Deodoro da Fonseca através de Benjamin Constant, um projeto resultante da consulta feita a 400 operários (e vários debates com os mesmos) e da necessidade de incorporá-los à sociedade. No seu programa, fala-se em fim do serviço de empreitada, 7 horas efetivas de trabalho, descanso aos domingos e feriados, 15 dias de férias, recebimento de salários em caso de moléstia; depois de 7 anos, o operário não poderia ser demitido; o inválido seria ordenado, a mulher não deveria se submeter à trabalhos pesados, os filhos dos operários deveriam ter acesso à educação etc.

Apresentado apenas um ano e sete meses depois da abolição da escravatura no Brasil, o projeto de Teixeira Mendes é notável não só por ser o primeiro cronologicamente formulado entre nós sobre o assunto, mais ainda pelo arrojo de muitas de suas reivindicações. “Para a época e para as condições locais - observa o prof. Cruz Costa - o projeto de Mendes é verdadeiramente revolucionário (LINS, 1967, p. 380).

O projeto, infelizmente, não se torna realidade, mas por outro lado, o positivista Demétrio Ribeiro conseguiu conceder, em 1890, aumento do ordenado sobre funcionários com mais de 20 anos de serviço do Estado, abrangeu a aposentadoria para todos os funcionários de estradas de ferros federais do país além de diversas outras medidas no anos seguintes.

Incorporar o proletariado no sentido tutelador como o fez Getúlio Vargas com a CLT, teve suas raízes no positivismo, mas, sobretudo no castilhismo do Rio Grande do Sul, uma das vertentes com diferenças do projeto idealizado por Comte. É impressionante, cita Fragale Filho (1998),

como um feixe doutrinário alcançou tanta longevidade e de certa forma moldou certos aspectos políticos do Brasil.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. **A Concepção da Ordem Social segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro**. Editora Loyola. 1980.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1983.

CARONE, Edgard. **A República Velha (instituições e Classes Sociais)**. Editora Difusão Europeia. 1972.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.P. 189 –201.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de.; FALCÃO, Leonor P. **Ciência Política: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2004.

COSTA, Cruz. **O Positivismo na República**: Notas sobre a história do Positivismo no Brasil.São Paulo: Editora Companhia Nacional. Brasileira, volume 291. 1956.

COMTE, Auguste. Catecismo Positivista. In: GIANNOTTI, José Arthur



(org.). **Coleção Os Pensadores: Augusto Comte**. Tradução: Miguel Lemos. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 119-318.

FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. **A aventura política positivista: um projeto republicano de tutela**. São Paulo: Ltr, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. Ciência, Religião, Ideologia. In: _____. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra. 15ª edição, 2009. Capítulo 14. p. 379-416.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. Tomo II, Vol. 7, p. 335-353.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Elementos Estáticos da Teoria Política de Augusto Comte: As Pátrias e o Poder Temporal**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 23, nov. 2004, p. 63-78.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Brasileira, Volume 322. 1967.

LINS, Ivan. **Perspectivas de Augusto Comte**. Livraria São José. 1965.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro (coord.). **Grupos de Interesse (lobby)**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. (Série Pensando o Direito).

PAIM, Antonio. **O Apostolado Positivista do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEREIRA, Paulo T. **Governabilidade, grupos de pressão e o papel do Estado**. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. 1999.

PIERINI, Alexandre J. Grupos de Interesses, de Pressão e Lobbying: Revisitando os Conceitos. **Csonline –Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, maio/ago 2010. Url: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/issue/view/57> Acessado dia 22 de abril de 2012.

RODRIGUES, Leda B. A Prática dos Grupos de Pressão e de Interesse. In: BOBBIO, Norberto et al. **Curso de Introdução à Ciência Política**. Unidade VI: Elites, Grupos de Pressão e Mudança Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1984. p. 29-43.

WOOTTON, Graham. **Grupos de Interesses, de pressão e lobbying**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Abstract: The Positivist Apostolate of Brazil acted in late imperial period and along the Old Republic as a political pressure group. Through a project of republic produced by its members, the thought of Auguste Comte was present in the construction of a republican model of government which left marks seen today, as the secularization of the state and the design of the national flag. The concept of group pressure is discussed, seeking the aid of political science to the understanding and application of the term and distinguish the name of a political party. From this, we analyze what was written by the apostle Raimundo Teixeira Mendes with regard to labor strikes in the period of the Old Republic in the city of Rio de Janeiro. As sources have three leaflets of the Apostolate that deal with the topic: the number 242, 331 and 348. Although each of the leaflets in their titles refer to a particular strike that occurred in the period of their publications (Cartwrights, employees of Light and builders), their contents are similar in the way in which we demonstrate the approach to relations between employer -employed, workers' rights and the role of strikes in the design Comtean reorganization of the social world. Finally, there are, even in a period subsequent to the covered work, some similarities between the mode of incorporation of the proletariat society idealized by Brazilian orthodox positivist and the Consolidation of Laws Jobs (CLT) of 1943 sanctioned by President Getúlio Vargas.

Keywords: Positivism, Pressure Groups, Strikes, Old Republic
